

CORREIO
DAS REGIÕES

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SÃO CARLOS



DIVULGAÇÃO

Prefeitura esclarece que não pretende realizar obras no local

“Não há dotação orçamentária para obras no Vale do Supremo”

A Prefeitura de Araraquara informou que não há previsão de obras nem dotação orçamentária para abrir ou pavimentar vias no entorno do Condomínio Vale Supremo, na Vila Melhado. A resposta foi enviada à Câmara após requerimento do presidente da Casa, Rafael de Angeli, motivado por reclamações de moradores sobre a falta de infraestrutura. Segundo o Executivo, as vias pertencem ao antigo loteamento Jardim Guanabara, de natureza particular, e a responsabilidade pela implantação das obras era do loteador. O município afirma que as intervenções previstas foram consideradas concluídas e que não há processo em andamento para novas obras na região. Angeli defendeu que a abertura e pavimentação das ruas são fundamentais para melhorar a mobilidade, o acesso e a qualidade de vida dos moradores da região.

Atrasos na entrega de uniformes escolares

A Comissão de Defesa da Cidadania da Câmara de São José do Rio Preto realizou audiência pública para discutir a entrega dos uniformes escolares da rede municipal. A secretária de Educação, Rosicler Quartieri, atribuiu o atraso ao descumprimento de prazos pela empresa fornecedora e afirmou que todas as peças foram entregues, com exceção de parte das numerações 12, 14 e 16. Ela também confirmou que, neste ano, não haverá distribuição de uniformes de inverno.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO



Os vereadores questionaram sobre sanções para a empresa

Cidades Digitais e Inteligentes em Limeira

Limeira recebe, no dia 23 de julho, o Fórum de Cidades Digitais e Inteligentes, que reunirá prefeitos, gestores e especialistas para debater inovação e transformação digital na administração pública. O evento terá palestras, painéis e apresentação de soluções para áreas como saúde, educação, finanças e segurança. As inscrições são gratuitas para o setor público pela plataforma Sympla. O encontro também homenageará prefeitos com o título de Prefeito Inovador 2026. A programação é voltada a gestores públicos.

R\$ 16,5 milhões em multas à Sabesp

A Prefeitura de São José dos Campos aplicou R\$ 16,5 milhões em multas à Sabesp no primeiro semestre de 2026 por irregularidades ambientais, principalmente relacionadas ao descarte de esgoto e efluentes. A fiscalização é realizada pela Agência Ambiental do Vale do Paraíba, com apoio do Centro de Segurança e Inteligência (CSI), que utiliza câmeras para identificar ocorrências e agilizar as inspeções.

“Não me toque”

Sorocaba instituiu a campanha permanente “Não Me Toque”, voltada à prevenção e ao combate ao abuso sexual infantil e à importunação sexual. A lei prevê ações educativas, orientação sobre canais de denúncia e incentivo ao uso do cartaz “Semáforo do Toque” em escolas, além de palestras e capacitação de profissionais da educação.

Estação Ferroviária

A Prefeitura de Bauru realiza nesta terça-feira (7), às 14h, audiência pública sobre a proposta de revitalização da antiga Estação Ferroviária. O projeto prevê uma Parceria Público-Privada (PPP) para implantação, operação e manutenção do futuro Centro Administrativo Municipal no local. O encontro será transmitido ao vivo pelo YouTube.

Zero Dívidas 2026

Já está em vigor em Marília o programa Zera Dívida 2026, que oferece descontos de até 90% em juros e multas para regularização de débitos municipais inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2025. A adesão pode ser feita até 31 de agosto, de forma on-line ou presencial. Também há opção de parcelamento em até 60 vezes.

Recarga de veículos

A Câmara de Bauru realizou audiência pública para discutir o projeto que prevê infraestrutura para recarga de veículos elétricos em novos empreendimentos comerciais e condomínios. O debate reuniu representantes da Prefeitura e apontou sugestões para aperfeiçoar o texto. A proposta ainda terá ajustes antes de voltar à votação no Legislativo.

R\$ 8 milhões em multas

O Fundo Municipal de Trânsito de Bauru, arrecadou R\$ 8,06 milhões com multas e rendimentos entre janeiro e abril deste ano. No mesmo período, foram aplicados R\$ 1,36 milhão em manutenção de veículos, sinalização, equipamentos e serviços. Os dados foram divulgados em resposta a requerimento da vereadora Maria Paula.

Parceria com a Receita

A Prefeitura de São José do Rio Preto firmou acordo com a Receita Federal para implantar um Ponto de Atendimento Virtual no Ganha Tempo da Região Norte. O espaço oferecerá serviços como regularização de CPF, desbloqueio da conta Gov.br e orientações sobre declarações. A parceria não prevê repasse de recursos entre União e município.



O caso ocorreu durante o 3º Top Três Tambores e Top Ranch, em agosto de 2024

MPSP determina R\$ 100 mil por estouro de cavalos em São Carlos

Ação deixou guarda municipal ferido e cerca de 30 animais fugiram

Da Redação

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) ajuizou uma ação civil pública contra uma empresa do setor de entretenimento responsável pela queima de fogos de artifício com estampido durante um evento realizado em São Carlos, em agosto de 2024. Na ação, proposta pelo promotor Flávio Okamoto, o órgão pede a condenação da empresa ao pagamento de, no mínimo, R\$ 100 mil por danos morais coletivos.

Segundo o MPSP, a utilização dos fogos violou a legislação estadual e municipal que proíbe artefatos com estampido, além das condições previstas nos alvarás expedidos para o evento. O Ministério Público sustenta que a conduta expôs pessoas e animais a riscos graves, causando prejuízos à coletividade.

O caso ocorreu durante o 3º Top Três Tambores e Top Ranch, após o show da dupla sertaneja Bruno & Barretto. De acordo com as investigações, a queima de fogos fazia parte do contrato firmado entre a empresa e o município e foi realizada ao fim da apresentação, apesar da proibição.

Com o barulho, cerca de 30 cavalos que participavam

do evento romperam cercas e fugiram em direção à Rodovia Luís Augusto de Oliveira (SP-215), provocando risco aos motoristas. Durante a fuga, um guarda civil municipal foi atropelado e pisoteado pelos animais. A vítima sofreu traumatismo craniano e fratura em uma das pernas. Um dos cavalos morreu após ser atingido por um veículo na rodovia.

Na petição, o promotor afirma que a indenização solicitada busca reparar os danos causados à coletividade e reforçar o caráter pedagógico da medida, diante do descumprimento da legislação ambiental e de proteção animal.

O MP informou ainda que, em dezembro de 2025, firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com a Prefeitura de São Carlos. Pelo acordo, o município assumiu compromissos relacionados à proteção e ao bem-estar animal, incluindo o financiamento de projetos desenvolvidos por entidades da sociedade civil.

Já a empresa responsável pela queima de fogos recusou a proposta de acordo apresentada pelo MPSP. Diante da negativa, o órgão decidiu ajuizar a ação civil pública para buscar a responsabilização da empresa pelos danos decorrentes do episódio.